

**FERREIRA JR., Edísio; MARTINS, Iara; MEDEIROS, Kátia (orgs.). 2005. *Sociologia da Violência: textos sobre juventude e mídia*. João Pessoa: Editora Universitária/PPGS – UFPB.**

*Elaine Müller*

O livro organizado por Ferreira Jr., Martins e Medeiros se detém sobre um dos problemas sociais mais discutidos na academia e no senso comum no contexto atual – a violência – em suas interfaces com a juventude e com a mídia.

Questões como: *qual o lugar dos jovens nas relações de violência urbana? qual o papel da mídia nestas relações? e de que forma a categoria classe social é articulada nas representações sobre a violência?* são trabalhadas em seis artigos de pesquisadores e professores de áreas diversas como Sociologia, Antropologia, Psicologia, Comunicação, Letras e Direito.

Em “A despersonalização e os abusos na exposição das vítimas de homicídio”, de Edísio Ferreira Júnior e Kátia Medeiros, é explorada a linguagem visual do jornal A Folha de Pernambuco ao retratar as vítimas de homicídio. Em geral, neste jornal são priorizados os planos fechados, valorizando os ferimentos e o sangue no corpo da vítima. O texto que acompanha as imagens, em geral privilegiando a denúncia dos homicídios, mas sem contextualizá-los, contribui para a banalização da denúncia, além de compor, junto com as fotografias e da escolha de determinada matéria e determinados grupos em detrimento de outros, uma estética do *trash*.

Giovanna de Araújo Leite, em “Ethos do caso Serrambi no Jornal Folha de Pernambuco”, analisa o *Caso Serrambi* – composto por notícias e comentários sobre os assassinatos de duas garotas de classe média alta do Recife – através da noção de *ethos*. Ao contrário dos casos analisados nos outros artigos do livro, aqui o tratamento dado pelo jornal às vítimas reserva um cuidado especial em caracterizá-las como vítimas, expondo as imagens não de seus corpos mortos, mas das jovens vivas e sorridentes, acompanhadas dos discursos comovidos de seus familiares.

Em “Feminino e masculino: a construção social da diferença entre os jovens e sua relação com a mídia”, Iara F. de Melo Martins, Maria da Luz Olegário e Rosângela de Araújo Lima falam da violência de gênero à qual as jovens e os

jovens estão submetidos na construção de papéis sexuais através (e com) a mídia.

O artigo de Luciana Ribeiro, “‘Um dia a gente tem que morrer mesmo’: uma experiência etnográfica sobre as mortes de jovens infratores na cidade de Olinda/PE”, o único do livro que não trata da mídia, a autora reflete sobre a morte de quatro de seus dez jovens interlocutores num período de cinco meses, a maneira como a “morte” – um tema recorrente nas vidas destes jovens – é por eles representada e vivenciada.

No artigo de Sheylla Maria Mendes, “A produção das notícias de violência nos jornais impressos do Estado da Paraíba”, são tratados os abusos na editoria policial dos jornais na construção de notícias, na sua maioria, praticados contra as classes menos favorecidas da população, através de uma “valorização exagerada do fato policial” que criminaliza a pobreza.

Em “Imagens da menoridade: juventude e violência nos registros fotográficos de um periódico maranhense”, Yuri Michael Pereira Costa discute a representação dicotômica da juventude nas notícias sobre violência no Jornal Pequeno: entre “jovem-bandido” e “jovem-inocente” não parece haver um meio termo.

Em termos gerais, os seis trabalhos têm perspectivas diferentes de reflexão sobre a violência, mas alguns temas parecem ser recorrentes. Assim, o papel da mídia é questionado, e os autores apontam para a forma como ela é também um agente da violência, através da reflexão sobre os fatos e atores privilegiados nas notícias e do seu tratamento.

Segundo Sheylla Maria Mendes, podemos observar uma discrepância entre o número de denúncias feitas na delegacia e os relatos pela imprensa, pois esta notícia apenas aqueles “que considera interessantes”.

...Por isso, o conflito que se trava no interior dos meios de comunicação gira em torno do ato de selecionar e de nomear, pois nele se encontra o poder de definir o que vai sair, como, com que destaque e com que favorecimento, correspondendo, portanto, a um ato de seletividade e de exclusão. (p. 79).

Mais do que o papel de noticiar à sociedade os fatos violentos que acontecem, a mídia tem assim o poder de escolher e decidir o que é notícia e o que não é. Para Yuri Michael Pereira Costa, por exemplo, as fotografias de crianças e adolescentes nos jornais “funcionam como ‘vitrines’”. “O ‘desgaste’ da notícia repetida é eliminado. ‘Falar de menor’ é sempre algo atrativo” (p. 100).

Não é só a idade que aciona preferências por parte dos jornais. O mesmo

acontece com a classe social. Mendes aponta que as violências nas classes pobres geralmente viram manchetes, por serem consideradas “mais sensacionais e emocionantes” (p. 81).

A ausência de contextualização e de uma visão crítica dos casos de violência noticiados parece ser outro ponto recorrente, segundo os artigos do livro. Para Edísio Ferreira Júnior e Kátia Medeiros, uma “inação crítica” contribui para a banalização e estandardização de certos tipos de violência, servindo “como justificativa de uma pretensa naturalidade na aceitação da existência em uma mesma sociedade de dois mundos, o da ordem e o da desordem” (p. 25).

As imagens de homicídio são apresentadas como um produto padronizado que supõe um olhar homogêneo. Perde-se o potencial crítico contra estas relações que despersonalizam o indivíduo morto, tratando-o como um produto exposto ao consumo. Confirma-se o existente como natural e inevitável, impedindo uma reflexão que ultrapasse a mesmice do exposto (p. 21).

Relações entre *pobreza e criminalidade* e entre *juventude e violência* também são apontadas pelos autores do livro e a falta de um olhar crítico por parte dos editoriais contribui para essa construção.

Mendes resgata Fausto Neto para refletir como as reportagens são enviesadas, uma vez que não abordam a totalidade da juventude e associam o comportamento violento a uma determinada classe. Para a autora, “a violência não é só dos pobres, nem de todos os pobres” (p. 81).

Luciana Ribeiro, embora não esteja tratando da mídia, também aponta para essa relação pobreza-criminalidade, e para a necessidade desconstruí-la:

Se pensar por essa lógica associando a pobreza à criminalidade, conseqüentemente tenderemos a crer que todos os jovens de classes populares são potencialmente criminosos e violentos. Ao afirmar que a violência e os atos ilícitos juvenis restringem-se às classes populares, estaremos reforçando preconceitos e injustiças sociais que vigoram há séculos (p. 67).

Ao falar da veiculação de imagens de crianças e adolescentes no jornal, Costa afirma que esta obedece ao “complexo e dinâmico jogo de representações sobre a juventude (re)produzido pelos jornalistas” (p. 101). As visões da minoridade, por parte destes profissionais, obedecem a uma dualidade: por um lado, os “jovens-vítimas” são vistos como incapazes de se defender, “pois duas

ações cotidianas não mantêm relações com o mundo da violência” (*sic*, p. 103). No lado oposto, o “jovem-bandido” é assim identificado segundo o grau de envolvimento que possui com o “mundo do crime”, “a autoria de uma única infração não confere a condição de ‘criminoso’ ao jovem, pois pode ter consistido apenas em um ‘deslize qualquer’. O que importa para a tipificação como ‘jovem-bandido’ é a reiteração de infrações” (p. 105).

Este “poder” da mídia também é apontado por Ferreira Júnior e Medeiros quando falam da “estética do *trash*”. Para os autores, o *trash* corresponde à forma como o corpo da vítima de homicídio deve se visto pela sociedade: com o desprezo à sua dor, da mesma forma como foi desprezada a sua vida.

A estética do *trash* deve corresponder à percepção e a sensação que o fotojornalista tem, no ato fotográfico, de estar diante de uma vida socialmente desqualificada e deteriorada. O *trash* é a forma como o corpo encontrado morto deve ser visualizado pela sociedade. Como este mesmo corpo já fora anteriormente desqualificado e ‘morto’ simbolicamente pela sociedade (Farias Jr., 2003), o ato da sua representação não pode contradizer tudo que era esperado dele (p. 27).

A estética do *trash* reitera, assim, a relação entre pobreza e criminalidade, na medida em que a vítima pobre do homicídio é vista, antes de tudo, como o responsável por sua própria morte; alguém que, por seus atos criminosos, merecia aquele fim. Tanto a Folha de Pernambuco, como o Jornal Pequeno parecem aí valorizar a carreira da vítima a despeito da contextualização do fato que gerou a notícia. E a recorrência do noticiamento de determinadas violências e não de outras produz os culpados pelos males urbanos, sem questionar criticamente os contextos sociais nos quais a população pobre vive.

Ainda sobre a forma como a classe social da vítima influencia no tratamento que lhe é dado nos editoriais dos jornais analisados, o trabalho de Giovanna de Araújo Leite sobre o *Caso Serrambi* é bastante ilustrativo. Se a morte de jovens pobres é banalizada, através da exposição abusiva de suas imagens e de textos que reiteram que estes jovens caminhavam para este fim, ou, o que é pior, que de alguma forma mereciam este fim, no caso das duas garotas de classe média alta, o tom é completamente diferente. Aqui aparecem as vozes dos parentes das vítimas pedindo justiça, as imagens das jovens vivas e sorridentes, e as satisfações da polícia à sociedade quanto ao andamento das investigações. Se a vítima pobre tem sua dor ignorada, na morte destas duas garotas,

...o discurso da família é incorporado para dar reconhecimento de um crime incomum e dramático, pois a violência está em todos os lugares e classes sociais e, como protesto, a enunciação dá visibilidade ao ‘tom’ de protesto emocional no momento do sepultamento das adolescentes, no título e na fotografia, ilustrando a mãe e a irmã de Maria Eduarda vestidas de branco, simbolizando um *ethos* contrário à violência: *Ao invés do preto, o branco* (*sic*, p. 48).

Podemos perceber aí que a maneira como os jornais selecionam os fatos que serão notícias, escolhem os atores privilegiados destas notícias e os tipificam vai além de um viés no retrato da vida social. Ela colabora para toda uma “organização do mundo”, em que a violência é banalizada e os bandidos e mocinhos têm perfis e lugares bem delimitados. Desta forma, a recepção da notícia, por parte do leitor, de certa maneira também é produzida. Se os jornais escolhem no mundo da violência os fatos que irão gerar as notícias mais impactantes, os leitores, por sua vez, esperam as maiores crueldades (segundo Mendes, p. 79).

Outras duas miradas são dadas sobre a relação juventude-violência no livro. Olhando pelo outro lado da violência – o dos seus produtores que geralmente viram notícia, os jovens infratores – Luciana Ribeiro traz novos elementos para o debate em torno de violência, pobreza e juventude. Falando sobre os discursos e atitudes dos jovens que os aproximam da morte (“a maioria das vezes, a sua própria”), Ribeiro afirma que “Sentimentos de virilidade e poder se misturam a temores pelo inesperado. Uma vida breve, com alguns prazeres e satisfações conquistadas acima de tudo e de todos, uma morte dura, rápida e de poucos pesares” (p. 74).

O artigo de Ribeiro tem um tom testemunhal de quem acompanhou a perda de quase metade de seus interlocutores durante sua pesquisa de campo, todos vítimas de mortes violentas. E a autora consegue refletir de maneira clara sobre duas faces de uma mesma moeda, que muito facilmente são vistas como antagônicas: o contexto social precário dos jovens, e suas escolhas individuais (estrutura e agência, segundo o debate dos sociólogos). Para a autora,

...as mortes de Niltinho, Vitorino, Alê e Digão são provavelmente muito semelhantes com as mortes de outros jovens homens pobres que acabam por envolver-se na marginalidade. Contexto de uma sociedade escassa de alternativas sociais, mas também de escolhas próprias em direção a uma carreira marginal (p. 74).

Já o trabalho de Iara F. de Melo Martins, Maria da Luz Olegário e Rosângela de Araújo Lima tem o seguinte argumento:

...a construção social das diferenças entre os sexos, além de ser artificial e manipulada/ratificada pela família, escola, igreja, mídia, constitui-se em um objeto de violência, posto que **'impõe'** a adoção de determinados comportamentos e sentimentos em detrimento de outros **absolutamente legítimos** do ser humano, independente do sexo biológico (pp. 59-60, *sic*, grifos meus).

Para as autoras, os jovens seriam as principais “vítimas” do poder da mídia, por serem alvos privilegiados do mercado. Assim, queimando etapas, eles e elas estariam se espelhando em ídolos adultos, tendo as meninas, por exemplo, em cantoras como Madonna ou Britney Spears “referencial de mulher, de beleza, de sensualidade e de comportamento” (p. 57).

Segundo as autoras,

Hoje, qualquer criança do sexo feminino usa batom e as roupas que dantes eram próprias da infância, são miniaturas de roupas de mulheres adultas.

Diante disso, a gravidez precoce na adolescência, o número cada vez maior de jovens com AIDS surpreendem família e sociedade, de um modo geral. O questionamento é inevitável: por que as jovens de 12, 13, 14 anos estão engravidando? Qual a razão? Genuinamente perplexos, como se presos estivessem numa grande ‘Matrix’ (a exemplo do filme), não enxergam a infância roubada dessas garotas que, queimando etapas, não mais pedem brinquedos como presentes, mas roupas e sacolas escolares, sandálias e tamancos de salto da loira ‘mais oxigenada’ do momento ou telefones celulares, para resolver sabe-se o quê (pp. 57-58).

O artigo aponta para questões que precisam ser investigadas – a recepção das mídias por parte das crianças, o que estariam representando os ídolos de crianças e jovens, a diferenciação de gênero a partir da mídia e os hábitos de consumo – embora não dê conta de muitas destas questões. Falar, por exemplo, que a mídia nos impõe comportamentos e sentimentos, em detrimento de outros legítimos, equivale a desprezar a capacidade crítica daqueles que se relacionam com essas mídias (seguindo na direção contrária dos estudos atuais que procuram ver os jovens também como “agentes”). E quem são as pessoas que podem afirmar quais são estes comportamentos e sentimentos “absolutamente legítimos do ser humano, independente do sexo biológico”?

Além disso, se for para questionarmos hábitos de consumo contemporâneos, é preciso observar até que medida estamos tratando de uma questão relacionada a uma determinada idade. Se cada geração trabalha com um acervo

que lhe é disponível, então quais têm sido as referências para estes jovens? Estamos falando de um problema de uma determinada idade, ou de uma determinada sociedade?

Enfim, o livro *Sociologia da Violência: textos sobre juventude e mídia* é instigante, principalmente por nos fazer pensar a respeito de quem são os produtores da violência, e apontar que estamos falando de relações muito mais complexas do que aquelas estampadas em manchetes de jornais.